

O protagonismo do movimento estudantil de serviço social brasileiro: contribuições para a (re)construção da profissão

Tales Willyan Fornazier Moreira

Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social - GEFPESS da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: taleswf@live.com

Lesliane Caputi

Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
E-mail: lesliane@hotmail.com

Resumo: As reflexões contidas neste texto são parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no formato de monografia, intitulado "Movimento Estudantil de Serviço Social e o Projeto Ético-Político na Formação Profissional". Trata-se de uma construção coletiva dos/as autores/as que se propuseram a desenvolver pesquisa e construir conhecimentos acerca da dimensão político-organizativa do segmento estudantil no âmbito da formação profissional, com enfoque no Movimento Estudantil de Serviço Social, com vistas a identificar qual a contribuição e o compromisso deste para o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional.

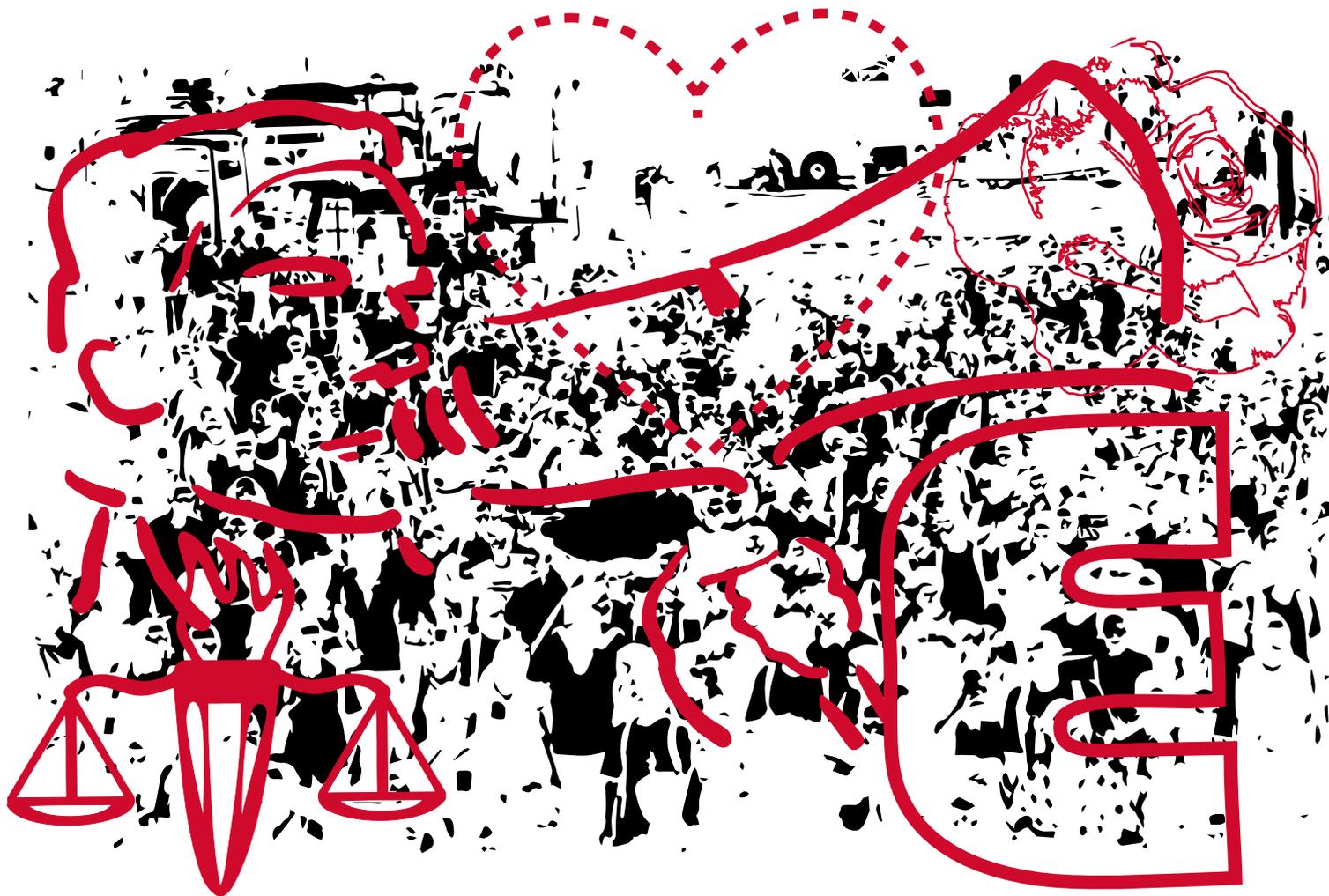
Palavras-chave: Movimento Estudantil. Serviço Social. Projeto Ético-Político. Formação Profissional.

Introdução

A história da profissão de Serviço Social, no Brasil, vem sendo escrita por muitas mãos e há longas datas, na direção da construção de outra ordem societária que seja contrária à ordem do capital. O projeto profissional hegemônico construído no âmago do Serviço Social, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, traz uma proposta de formação profissional para vida social, isto é, uma formação que vá além das demandas do mercado, que supere

a perspectiva de formação de mão de obra técnica e que possibilite a formação de profissionais críticos/as, com uma perspectiva de totalidade, para que tenham condições de intervir na realidade social e extrair dela as múltiplas determinações e contradições oriundas do modo de produção operante.

Nesse sentido, tal proposta defendida hegemonicamente pelas entidades da categoria (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social -



ABEPSS, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social - conjunto CFESS-CRESS), em consonância com a direção social da profissão, representa a síntese da maturidade política e intelectual do Serviço Social brasileiro, a qual é resultado de uma construção coletiva da categoria em todo o país.

 O Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS teve/tem contribuição inquestionável na (re) construção da história da profissão. Assim, se faz mister destacar o histórico protagonismo político dos/as estudantes no delineamento do significado social do Serviço Social brasileiro. Com aproximadamente 40 anos de história, o MESS, e notadamente a ENESSO, vem construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de lutas da classe trabalhadora. Sem dúvidas, esta trajetória também foi/é perpetrada por diversos limites e desafios que

obstaculizam a práxis política dos/as estudantes – os quais devem ser pensados sob o prisma macrosocietário, enquanto rebatimentos dessa estrutura de sociabilidade que nos convoca cotidianamente a sucumbir à lógica destrutiva do capital.

O atual cenário, marcado por um profundo avanço do conservadorismo, de forças antidemocráticas, da opção pós-moderna, da ofensiva à organização política e coletiva, se coloca cada vez mais desafiador e nos convoca, necessariamente, ao fortalecimento político-organizativo. Estes tempos tão “temerosos” não nos traz outra possibilidade: é necessário lutar e (re)existir! E esta luta deve ser no sentido de construir mediações e possibilidades de saída, de fato, pela esquerda e não propostas reformistas e de conciliação de classes, pois, no fim, sabemos que quem paga essa dívida é a classe trabalhadora.

Nesse sentido, as reflexões contidas neste texto objetivam apresentar um breve resgate histórico da

organização política dos/as estudantes de Serviço Social no Brasil e o seu significado para o exercício profissional do/a assistente social, bem como contribuir com reflexões acerca da necessidade de fortalecimento do MESS, sobretudo na atual contextura tão adversa, enquanto alternativa para manutenção do legado crítico e da direção social da profissão.

Movimento Estudantil de Serviço Social no Brasil: histórico de lutas e resistências

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

De acordo com Ramos (2011, p. 119), “os estudantes, por exemplo, não são considerados, em muitos países, partícipes das articulações profissionais como

A trajetória do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS vem sendo construída por diversas gerações, se configurando enquanto elemento constitutivo da história do Serviço Social. Têm-se registros desta contribuição do segmento estudantil, bem como de sua organização política, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro.

o são no Brasil, onde organizam eventos, participam de campanhas e elaboram documentos em conjunto com as demais entidades representativas da categoria”. Tal afirmação evidencia uma característica da profissão no cenário brasileiro e também nos traz a responsabilidade ética e política em garantir esta participação coletiva construída historicamente no Serviço Social.

O MESS se configura enquanto movimento social e não pode ser concebido fora da trama das relações macrossocietárias, sendo necessário pensá-lo a partir das múltiplas determinações e contradições que abrangem a totalidade social. Somente a partir destas

relações e das dinâmicas inerentes a elas, as quais rebatem diretamente na organização política do MESS, é que podemos pensar este movimento.

Enquanto Movimento Social, o MESS pode ser compreendido também como sujeito coletivo na busca de uma questão em comum, ou seja, uma coletividade que expressa consciências compartilhadas e lutam por vontades históricas determinadas. Este sujeito coletivo elabora e cria uma identidade, se organiza através de práticas políticas das quais seus membros defendem os seus interesses e expressa essas vontades construindo suas lutas.

De acordo com Gohn (2011, p. 335), “se configuram enquanto ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Nesse sentido, em sua ação concreta, esse sujeito coletivo lança mão de diversas estratégias de lutas para darem visibilidade às suas pautas, que variam desde uma simples denúncia, até mobilizações, marchas e concentrações (GOHN, 2011).

Nesta direção, o MESS se insere, enquanto organização política dos/as estudantes de Serviço Social, na defesa intransigente de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, de uma formação profissional que esteja na direção hegemônica da profissão, ou seja, a serviço dos/as trabalhadores/as. Ademais, as lutas travadas no âmbito do MESS contribuem para o delineamento do projeto profissional, denominado por José Paulo Netto (1999) como Projeto Ético-Político, o qual está vinculado à construção de outro projeto societário.

Apesar de alguns setores entenderem que o MESS não se constitui enquanto movimento social por ser um movimento transitório, concordamos com Guimarães quando aponta que:

[...] o argumento da transitoriedade dos estudantes é absolutamente insuficiente para negar o acúmulo e a perspectiva histórica do ME, especialmente porque acreditamos que o debate deve ser pautado sob a ótica não do indivíduo, mas de um sujeito coletivo. Evidente que o(a) estudante enquanto sujeito individual tem diante de si um período temporal bastante limitado para intervenção e articulação no âmbito do movimento estudantil, mas faz-se necessária a capacidade de se reconhecer no

outro e perceber a história como a continuação da obra coletiva. O processo de disputa por uma educação voltada para a transformação e construção de uma outra sociabilidade, sem dúvidas, transcende trajetórias individuais. Daí temos a convicção de que a transitoriedade se refere de fato aos sujeitos que militam no ME e de forma alguma ao movimento estudantil em si (GUIMARÃES, 2014, p. 80).

Assim, é fundamental apreendermos as particularidades da organização política do MESS atreladas, sobretudo, ao significado social do Serviço Social, no contexto de reprodução das relações sociais, bem como das demandas colocadas à profissão e às necessidades sociais que buscamos responder frente às expressões da “questão social”, o que confere evidentes implicações à nossa organização (GUIMARÃES, 2013).

Portanto, entendendo o MESS enquanto movimento social, inscrito no processo que permeia a totalidade da realidade social, não estando isento dos rebatimentos, bem como de todas as contradições postas neste cenário, e, também, enquanto um movimento que possui particularidades concernentes à categoria profissional de Serviço Social, apreender os elementos estruturais e conjunturais que envolvem todo esse conjunto de complexos é imprescindível.

As múltiplas alterações que têm ocorrido nos últimos períodos, tanto na esquerda brasileira como na própria juventude, têm provocado, também, várias dificuldades no processo de organização e mobilização dos(as) estudantes, o que corresponde a determinações diversas de ordem estrutural e conjuntural. Nesse sentido, a ação política do MESS vem sendo materializada em um contexto enorme de ofensiva à organização coletiva crítica e combativa, mas este continua configurando-se como um espaço potencial de luta política (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Inferese pensar aqui o quanto o modelo societário burguês vigente e sua constante articulação para regressão dos direitos e perpetração da ofensiva à organização coletiva, os processos de criminalização dos movimentos sociais¹, bem como de qualquer possibilidade de inquietação política na contextura neoliberal, rebatem na participação e organização do movimento estudantil, visto que há um fortalecimen-

to ideológico do individualismo, da concorrência, da desmobilização política e da fragilidade de identidade com as lutas sociais, se estabelecendo como característica central das relações sociais.

Este processo tem se intensificado com o agudizamento do projeto neoliberal a partir, sobretudo, da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido,

Se o movimento não aglutina e nem mobiliza tanto os estudantes como no passado, isso se torna mais problemático numa conjuntura marcada pelo neoliberalismo. A realidade dos últimos 20 anos de uma sociedade baseada na concorrência – imposta pelas leis de mercado –, no individualismo e numa “inversão de valores” subjacentes a uma ideologia conservadora e estruturante do *status quo*, faz parte da retórica estudantil para explicar a falta de participação dos estudantes e o distanciamento destes das entidades (MESQUITA, 2003, 124).

Inferese pensar aqui o quanto o modelo societário burguês vigente e sua constante articulação para regressão dos direitos e perpetração da ofensiva à organização coletiva, os processos de criminalização dos movimentos sociais, bem como de qualquer possibilidade de inquietação política na contextura neoliberal, rebatem na participação e organização do movimento estudantil, visto que há um fortalecimento ideológico do individualismo, da concorrência, da desmobilização política e da fragilidade de identidade com as lutas sociais, se estabelecendo como característica central das relações sociais.

Apesar deste cenário, que tende ao solapamento do protagonismo dos/as estudantes de Serviço Social, o MESS tem se mantido firme em sua perspectiva política e vem contribuindo na construção da história da profissão no Brasil. Assim, concordamos com Braz e Matos (2008, p. 180) quando dizem que “apesar da conjuntura de desmobilização política, podemos afirmar que o Movimento Estudantil em Serviço Social, e notadamente a ENESSO, vem contribuindo para a formação de sujeitos críticos e ativos [...], com inserção nos debates e lutas políticas.”

A formação de sujeitos críticos e com condições políticas de inserção em debates e lutas está total-

mente atrelada à proposta hegemônica do projeto de formação profissional defendido pelas entidades da categoria a partir, sobretudo, dos meados da década de 1990, após a construção das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS. Esta proposta de formação traz consigo uma perspectiva de formação para a vida social, isto é, uma formação que transcende a lógica de formação de mão de obra técnica para atender a interesses mercantis, tal como as diretrizes aprovadas e encaminhadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e Ministério da Educação - MEC. As diretrizes do MEC suprimem elementos essenciais da proposta de formação construída coletivamente pela categoria, sobremaneira, no que se refere à direção social da formação, aos conhecimentos e habilidades fundamentais para desempenho da profissão de Assistente Social (IAMAMOTO, 2014).

Nesse sentido, pois, o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação política e teórica dos/as estudantes, faz interlocução e fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, que tem a perspectiva de totalidade da realidade social. É com

Historicamente, o MESS, atrelado às demais entidades de organização da categoria profissional (ABEPSS, ENESSO e conjunto CFESS-CRESS), tem demonstrado um protagonismo político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do projeto ético-político da profissão.

esta condição de apreender o todo que se apresenta na realidade concreta e, com a apropriação dos valores éticos e políticos, bem como de todo arcabouço teórico-metodológico e dos conhecimentos que balizam a profissão, que o/a profissional terá condições de se inserir no espaço sócio-institucional e construir suas propostas de intervenção para o exercício profissional, pois como bem apontado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tal perspectiva defendida “expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Historicamente, o MESS, atrelado às demais entidades de organização da categoria profissional (ABEPSS, ENESSO e conjunto CFESS-CRESS), tem demonstrado um protagonismo político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do projeto ético-político da profissão. Nas palavras de Ramos (2011, p. 119):

[...] o segmento estudantil é considerado como sujeito fundamental no processo de organização política da categoria dos(as) assistentes sociais, no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais segmentos da profissão, no processo de articulação e mobilização do Serviço Social.

Os/as estudantes possuem papel fundamental no processo de organização política da categoria profissional e, há longas datas, vem contribuindo para a (re)construção do Serviço Social no cenário brasileiro. São estes sujeitos que colaboram na reafirmação e defesa dos valores éticos e políticos hegemônicos da categoria, se colocando na contramão dos ideários concernentes ao projeto neoliberal e neoconservador, os quais também estão presentes no corpo profissional.

De acordo com Santos (2007), há registros históricos da existência de documentos no Centro Acadêmico do Instituto de Serviço Social (Atual Centro Acadêmico 3 de Março da FAPSS - SP) que são de 26 de maio de 1953; entretanto, há registros que constam organização política das/os estudantes anterior a essa data. Desde essa época, as/os estudantes de Serviço Social estão imbricadas/os com a trajetória de luta, mobilização e organização dos movimentos reivindicatórios da sociedade brasileira, sendo partícipe fundamental no processo de organização política da categoria profissional.

A participação e o protagonismo do segmento estudantil também ocorreram quando o corpo profissional começou a questionar suas ações e formas de intervenção na realidade social. Segundo Santos (2007, p. 16), “mesmo sob condições de abafamento político, possuem evidências do contato dos estudantes com o Movimento de Reconceituação na América Latina no período de 1965 a 1975 e o contato das vanguardas estudantis com as teorias sociais críticas”.

Durante o contexto autocrático ditatorial, diversos movimentos sociais – entre eles o MESS – sofreram várias tentativas de repressão, sobretudo após a criação do AI-5, em que se teve o aumento das medidas coercitivas dos militares. Neste cenário, era proibida qualquer forma de manifestação política, assembleia, reunião e organização, o que nos faz refletir, inclusive, nossos tempos atuais com o avanço exarcebado de processos criminalizatórios dos movimentos sociais e das lutas coletivas que questionam o que está posto.

Assim, tentava-se imprimir ao segmento estudantil um processo de desmobilização política, fazendo com que os/as estudantes sofressem as consequências caso não cumprissem as ordens.

A partir do endurecimento e das medidas coercitivas do regime militar, a ENESS, bem como a UNE, CA's e DA's e DCE's – entidades que compõem a estrutura do movimento estudantil –, foram proibidas de exercerem suas atividades. Os registros dos encontros, bem como muitos documentos históricos da ENESS, foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO (SANTOS, 2007, p. 113).

Mesmo em meio a esse período de repressão e abafamento político, têm-se registros dos encontros dos/as estudantes, os/as quais mantiveram suas reuniões mesmo que na condição de “clandestinidade”. Tal característica de luta e resistência se faz presente na contextura hodierna, em que mesmo com uma conjuntura extremamente adversa e desoladora, perpetrada por um cenário político de ofensiva à organização coletiva, o MESS se articula e constrói os espaços de organização política, fazendo um verdadeiro convite à rebeldia aos/as estudantes.

No ano de 1963, foi realizado um Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, em Porto Alegre, em que surge a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. No final da década de 1970, o MESS passa por um processo de reorganização política, sobretudo com a organização do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS, em 1978 e, apesar de ter ocorrido outro encontro nacional antes do golpe militar, convencionou-se em contar os encontros a partir dessa reorganização do movimento.

O I ENESS ocorreu no Paraná, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e este espaço evidenciava, desde então, a preocupação dos/das estudantes em discutirem a conjuntura, a realidade brasileira, bem como suas implicações na formação profissional e na organicidade do MESS. Segundo Doria:

Em 78, já com o processo de abertura política, e, impulsionados pelo desejo de alcançarmos a democracia, os movimentos sociais se inflamam a organizar-se politicamente; dentro do insurgente Movimento Estudantil de Serviço Social, a reorganização estudantil, no bojo da renovação do Serviço Social, temos o I ENESS como base para a construção de uma nova orientação para a Formação Profissional (DORIA, 2007, p. 1).

Destacam-se dois elementos importantes ocorridos no I ENESS: os/as estudantes começam a incorporar o debate acerca da reformulação do currículo mínimo e aprova-se uma comissão responsável pelo aprofundamento desta discussão, demonstrando o compromisso com a formação profissional e com o rompimento do conservadorismo na profissão.

O outro aspecto é que fora aprovada também uma

Mesmo em meio a esse período de repressão e abafamento político, têm-se registros dos encontros dos/as estudantes, os/as quais mantiveram suas reuniões mesmo que na condição de “clandestinidade”.

comissão para organizar o II ENESS, denotando a necessidade de continuidade dos debates e do fortalecimento do MESS. De acordo com Doria (2007), a comissão foi considerada o embrião da organização política do MESS, pois incentivou a criação das regiões e dos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social - ERESS, nestas regiões.²

Em 1979, a Universidade Católica de Salvador (UCSAL) sediou o II ENESS. Neste encontro ocorreu a efetivação da divisão das sete regiões, a fim de possibilitar maior capilaridade nas ações da executiva. Este ENESS também protagonizou a criação do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CONESS, o qual é responsável pela discussão e organização dos ENESS.

Além disso, houve a criação da Secretaria Executiva Nacional desta entidade estudantil de Serviço Social, a qual foi composta por integrantes da escola sede do próximo encontro nacional, bem como por membros de uma escola de cada região. Tal encontro apresentou um processo de construção de maturidade ética e política e preocupação com a discussão de formação profissional.

A linha política do II ENESS é direcionada para a reformulação da Formação Profissional, visando a uma ruptura com o processo vigente – o conservadorismo – e na busca da construção do pensamento social crítico como base de sustentação do ensino em Serviço Social [...] (DORIA, 2007, p. 2).

Destarte, o segmento estudantil incorporou de forma significativa o compromisso e a preocupação de contribuir com esta discussão, engendrada no processo de formação, que os encontros subsequentes sinalizavam esta temática. Nesta direção, o engajamento político do MESS era tamanho que, conforme Doria nos aponta:

[...] no ano seguinte o III ENESS organizado pelo Diretório Acadêmico da PUC (Minas) teve como tema: “Serviço Social, Formação Profissional e Intervenção na Realidade”; dentro do encontro, mais uma vez, a direção política, como já sinalizava a temática, foi direcionada para o debate de formação profissional, o que culminou com a construção de uma proposta unificada de currículo, tendo ainda o encaminhamento de buscar junto a ABESS - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social o debate sobre a proposta dos estudantes, além de levantar a questão de ampliação da representatividade da entidade junto aos estudantes, através da participação dos estudantes como membros desta entidade (DORIA, 2007, p. 3).

Em 1981, ocorre o IV ENESS na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, segundo o documento da ENESSO “Pro Dia Nascer Feliz” (1994), os debates relacionados à formação profissional evidenciavam a necessidade do rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social. É nesse encontro também que se tem o marco da representa-

tividade estudantil na ABESS, pois, de acordo com Ramos (1993 *apud* ENESSO 1994), na última convenção da ABESS, realizada em setembro de 1981 em Vitória, os/as estudantes garantiram a mudança da estrutura da entidade que contaria, a partir de então, com um/a estudante por região, além de um/a vice-presidente (professor/a).

Nesta linha de argumentação, concordamos com Doria (2007) que a conquista da representatividade estudantil no âmbito da associação que discute o ensino e a formação em Serviço Social representou um marco na estrutura da entidade. Ademais, também evidencia-se que as reivindicações estudantis apresentaram resultado e que os debates travados pelo MESS tiveram legitimidade em meio às entidades. Além disso, em 1981 inicia-se a discussão, no âmbito da executiva, sobre a criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE/SESSUNE.

Nos próximos anos, a executiva continua realizando encontros nacionais e regionais e estes expressavam a preocupação com a discussão da formação profissional, bem como o amadurecimento político que a categoria vinha trilhando. Nas palavras de Doria:

Nos anos que se seguem, continuamos no debate sobre formação profissional e aproximação com os interesses populares [...] dentro da perspectiva de aproximação com os anseios das classes subalternizadas; dentro dessa constante de debate sobre formação profissional, cada vez mais, os encontros tornam-se espaço profícuo de formulação para a atuação profissional (DORIA, 2007, p. 3).

Acerca do debate sobre a criação da SESSUNE, esta discussão surge novamente no VIII ENESS, em 1985, fomentada principalmente por estudantes do Rio de Janeiro. Entretanto, somente em 1988³, no X Encontro Nacional, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é que tem-se a criação da SESSUNE, a qual tinha como tarefa principal articular as lutas do MESS com as demais entidades das categorias, bem como as demais executivas de curso, presentes na União Nacional dos Estudantes - UNE.

Contudo, a SESSUNE vigorou apenas por cinco anos e, no XV ENESS, que ocorreu em São Leopoldo, RS, em 1993, os/as estudantes de Serviço Social deliberam pela mudança de SESSUNE para Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, devido a divergências com a UNE, tendo em vista que esta se afasta dos princípios que o MESS coaduna, alinhando-se às tendências governistas.

Nesse sentido, o MESS rompe com a UNE e passa a gozar de maior autonomia e fortalecer as lutas específicas do Serviço Social, a partir da executiva de curso.

A mudança de nome da entidade, posteriormente, para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) reflete a opção política do MESS de almejar maior autonomia frente à UNE (Ramos, 1996). Importante ressaltar que esta não foi uma alternativa isolada no Serviço Social, mas uma estratégia de organização política dos(as) estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como alternativa viável no processo de reorganização estudantil (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Nos últimos anos, a ENESSO tem protagonizado inúmeras lutas no âmbito da categoria profissional, bem como se articulado com setores de esquerda em diversas lutas coletivas. Os/as estudantes participaram e contribuíram em momentos históricos para o Serviço Social brasileiro como, por exemplo, na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Também vem encampando lutas acirradas em defesa de uma formação profissional pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, se colocando contrária a todo o processo de mercantilização, aligeiramento e precarização da formação.

Além disso, tem construído diversos outros espaços coletivos de luta para além das pautas específicas dos/as estudantes, o que evidencia que o MESS não se constitui enquanto um movimento endógeno; ao contrário, apresenta um caráter de classe, alinhado às lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as. Assim, historicamente, as bandeiras de lutas que o MESS e a ENESSO têm encampado se circunscrevem na consonância de lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro, que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as. Concordamos com Guimarães que:

[...] as bandeiras de luta de um movimento social são um dos aspectos que conformam

o seu projeto de ação, na proporção em que direcionam e sinalizam horizontes políticos para atuação do movimento. Investigar as principais bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social, na contemporaneidade, é, nessa perspectiva, uma expressiva possibilidade para apreendermos o sentido e a ideologia presente em suas reivindicações, bem como fomentarmos a reflexão acerca da natureza política das mesmas (GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Obviamente que essas lutas “expressam a síntese das necessidades e interesses que os sujeitos que constroem o movimento estudantil objetivam alcançar, o que está diretamente relacionado com o *locus* de sua atuação – a universidade –, e dão sustentação prática ao movimento, alimentando sua ação política e aglutinando novos sujeitos a partir disso” (GUIMARÃES, 2013, p. 95). Ou seja, sem dúvidas, o MESS atua nas lutas concernentes aos interesses estudantis, pois são, inclusive, questões relacionadas às necessidades de ordens objetivas dos/as estudantes que, em grande medida, estão condicionadas à permanência na universidade. Entretanto, seria um equívoco dizer que as lutas dos/as estudantes de Serviço Social e da ENESSO se limitam a essas questões.

Assim, historicamente, as bandeiras de lutas que o MESS e a ENESSO têm encampado se circunscrevem na consonância de lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro, que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as.

A ENESSO, enquanto entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social, responsável pelo direcionamento da organização política no âmbito do MESS – o qual deve estar em sintonia com nosso projeto profissional – possui documentos que representam de forma incontestável a direção ético-política da entidade e seu compromisso com a luta mais geral dos/as trabalhadores/as, como, por exemplo, o caderno de deliberações e estatuto.

O compromisso da ENESSO com os/as trabalhadores brasileiros e com um projeto transformador da sociedade está expresso no Estatuto da ENESSO, que apresenta e define

as formas de organização e representação de seus membros, bem como está expresso no Caderno de Deliberações - CD, que contém todos os resultados acumulados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada ENESS (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL –ENESSO, 2013, p. 8).

As lutas no âmbito do MESS e da ENESSO transcendem as pautas estritamente estudantis, os seis eixos que norteiam as discussões nos encontros (Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões), os posicionamentos presentes no Caderno de Deliberações da executiva, bem como a organização da entidade expressa no estatuto da ENESSO representam, indubitavelmente, seu caráter de classista. Nesta linha de argumentação, o Art. 1º do Estatuto da ENESSO (2013) traz que:

A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe e de qualquer forma (ENESSO, 2013, p. 5).

Infere-se, pois, que as lutas travadas historicamente no âmbito do MESS, robustecidas pela ENESSO, nos permitem afirmar acerca do seu caráter revolucionário, atrelado a diversas outras lutas coletivas que possuem o horizonte estratégico de rompimento com o modo de produção operante e construção de um projeto de sociabilidade anticapitalista, isento de qualquer forma de exploração, dominação e opressão. Os documentos supracitados expressam o posicionamento ético e político da entidade e o projeto de sociedade que queremos construir.

Assim, o CFESS Manifesta de 15 de maio de 2011, construído juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, traz um posicionamento da gestão “ENESSO Vermelha” (2010/2011), o qual ratifica nossa afirmação quando diz que “por meio dos nossos encontros, reu-

niões e mobilizações, a ENESSO vem historicamente protagonizando as lutas estudantis que se somam aos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que caminham no contrafluxo do sistema opressor e desigual que é o capitalismo.”

Ainda nesta linha de argumentação, nos amparamos em Guimarães e concordamos com os aspectos apresentados por ela quando diz que:

[...] não restam dúvidas de que a articulação do MESS com outros movimentos sociais e organizações de esquerda faz-se extremamente necessária, principalmente neste contexto de grandes ofensivas dos metabolismos do capital. [...] O conjunto de bandeiras de luta, estratégias de organização e alianças que o Movimento Estudantil de Serviço Social tem estabelecido indica a abrangência de sua atuação, ao mesmo tempo em que são reveladores de alguns desafios a serem problematizados e, principalmente, enfrentados no cotidiano da atuação do movimento (GUIMARÃES, 2013, p. 101).

Outro elemento importante que nos faz refletir sobre nossa responsabilidade ética e política de fortalecer o MESS em tempos umbrosos de retrocesso à opção neoconservadora, de criminalização dos movimentos sociais e ofensiva à organização coletiva é que estudantes que são quadros do MESS poderão vir a ocupar futuramente os espaços de representação nas demais entidades da categoria, bem como em outros setores.

É interessante ressaltar que o Movimento Estudantil (ME) se estabelece como uma arena de formação política da maioria dos(as) futuros(as) dirigentes profissionais que irão atuar na Abepss e no Conjunto CFESS/Cress. Enquanto movimento social com base social transitória, o ME é um *locus*, muitas vezes, de iniciação de parcelas da juventude na militância política, se configurando como um espaço de formação político-ideológica de militantes que, depois, irão atuar em outras esferas organizativas. O ME de Serviço Social, em particular, vem desenvolvendo esse importante canal de capacitação de militantes políticos, que, ao saírem da graduação, continuam participando de outras entidades da categoria ou em outros espaços organizativos (RAMOS, 2011, p. 120).

O fortalecimento da organização política dos/as estudantes na direção social gestada no seio profissional a partir da década de 1980, implica, não obstante, o fortalecimento da categoria de modo geral, bem como colabora para maiores possibilidades de construção de mediações com vistas a se concretizar o Projeto Ético-Político profissional, pois são estes sujeitos que poderão, a partir de sua formação política-ideológica no âmbito do MESS, ocupar espaços de representação em outras entidades da categoria, bem como em outros espaços político-organizativos, contribuindo com outras lutas sociais.

Além do mais, o MESS, enquanto um espaço de formação política, teórica e de fortalecimento ético dos valores defendidos hegemonicamente pela categoria, contribui de forma significativa no exercício profissional do/a assistente social. Em outras palavras: as respostas profissionais às demandas apresentadas pelo movimento da realidade dependerão, obviamente, das condições objetivas postas por esta realidade concreta, mas também da apropriação de todo arcabouço teórico-metodológico, dos fundamentos e valores da profissão (IAMAMOTO, 2003). Logo, se o processo de formação não possibilitar a apreensão de tais elementos, as respostas profissionais também serão fragilizadas. E é nesse movimento que o MESS tem sua contribuição enquanto uma possibilidade de fortalecimento teórico e político em consonância com a direção social da profissão.

A ENESSO atualmente se organiza e se representa pela Coordenação Nacional - CN, responsável por executar as estratégias e táticas deliberadas nos encontros nacionais, bem como pelas suas Coordenações Regionais - CRs. Estas se dividem estrategicamente em sete regiões, devido à abrangência territorial do país, e são responsáveis por articular a base estudantil nos espaços de militância e executar tarefas políticas no âmbito concernente à sua região, de acordo com as deliberações dos encontros nacionais, regionais e locais.

Além destas representações supracitadas, também há: os/as Secretários/as de Escola, que são responsáveis por fazer a interlocução com as bandeiras de lutas da entidade, seus posicionamentos políticos, bem como articular ações concretas em sua escola, as quais devem estar em consonância política

com a ENESSO; e os/as representantes discentes em ABEPSS que, apesar de serem estudantes que irão militar e construir plataformas de lutas no âmbito da ABEPSS, para o serem, estes/as devem antes ser militantes orgânicos/as da ENESSO, pois são nos fóruns da executiva que estas representações são indicadas para comporem a chapa da ABEPSS. A contribuição política da representação discente em ABEPSS no âmbito do MESS é de extrema relevância, pois, sem dúvidas, se constitui enquanto o principal elo entre a ABEPSS e a ENESSO.

Devido à dimensão do território geográfico brasileiro, a executiva se divide estrategicamente em 07 (sete) regiões para conduzir e dar capilaridade em seu trabalho em todo o país, objetivando garantir a organização, representação e fortalecimento do MESS. Anualmente ocorre o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS e os Encontros Regionais - ERESS, onde são eleitas as representações estudantis em nível nacional e regional, respectivamente. A duração das gestões da ENESSO, tanto para

Devido à dimensão do território geográfico brasileiro, a executiva se divide estrategicamente em sete (07) regiões para conduzir e dar capilaridade em seu trabalho em todo o país, objetivando garantir a organização, representação e fortalecimento do MESS. Anualmente ocorre o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS e os Encontros Regionais - ERESS, onde são eleitas as representações estudantis em nível nacional e regional, respectivamente.

Coordenação Nacional - CN quanto para Coordenação Regional - CR, é de um ano. Os/as Secretários/as de Escola podem ser eleitos tanto no ERESS, quanto em assembleia, em sua respectiva escola, organizada pelos Centros e/ou Diretórios Acadêmicos de Serviço Social. Já os/as representantes discentes nacionais em ABEPSS são eleitos/as a cada dois anos no ENESS e os/as regionais a cada dois anos nos Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social - SRFPMESS, uma vez que, diferentemente da ENESSO, as gestões da ABEPSS possuem duração de dois anos.

O fortalecimento desta militância política se faz imprescindível, sobretudo, nos tempos atuais de acirramento das lutas de classes, num cenário político envolto pela perspectiva de mercantilização e retrocesso dos direitos e dos serviços, de desmobilização e adensamento do individualismo.

Assim, nos quase 40 anos de rearticulação do MESS, mesmo com diversos desafios postos à organização política do segmento estudantil, os/as estudantes vêm construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de luta da classe trabalhadora. Como sabemos, a história não começa quando entramos nela; o caminho percorrido pelo MESS foi/é construído por muitas mãos, em diversas gerações, que coletivamente conduziram o direcionamento político da ENESSO em solo fértil de criticidade e enfrentamento aos ditames do capital.

A história do Serviço Social vem sendo escrita a muitas mãos. É uma história-síntese de muitas gerações de estudantes e profissionais, de lutas e contribuições de diversos sujeitos individuais e coletivos. Mesmo em um contexto de regressão de direitos e ofensiva à organização coletiva, continuamos a escrever a história do Serviço Social brasileiro na luta e, neste percurso, o Movimento Estudantil de Serviço Social é apenas um dos sujeitos coletivos que fazem a história dessa profissão, mas um sujeito fundamental para o enfrentamento ao conservadorismo político e acadêmico que paira sobre o Serviço Social e que tem suas primeiras manifestações expressas ainda no momento da formação profissional e da condição do sujeito como estudante. Entretanto, a relevância da organização crítica dos(as) estudantes de Serviço Social não se esgota aí e transborda o campo estritamente político (GUIMARÃES, 2014, p. 79).

É em virtude disso que o MESS tem se colocado frente às lutas e resistências em defesa do projeto de formação profissional hegemônico da categoria, contribuindo para a construção de mediações que visem concretizar os princípios éticos e políticos gestados no seio profissional nas últimas décadas e, não obstante, conformando possibilidades de fortalecimento das lutas mais gerais da classe trabalhadora, cujo horizonte estratégico almejado é o de construção de uma sociedade sem classes.

Considerações finais

Frente a todo o exposto, evidencia-se o protagonismo político do MESS, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro e, além disso, enquanto dimensão político-organizativa do segmento estudantil, possui papel essencial no fortalecimento da organização política da categoria profissional, no exercício profissional do/a assistente social enquanto possibilidade de materialização de elementos do Projeto Ético-Político e, não obstante, para o robustecimento das lutas sociais.

Os tempos atuais se colocam extremamente desafiadores para nós enquanto classe trabalhadora. Temos o fortalecimento do conservadorismo, o avanço estarecedor do reacionarismo, de perspectivas pós-modernas e um retrocesso eminente de direitos conquistados historicamente através de muita luta, se constituindo enquanto um cenário de solapamento agudizado de possibilidades para os/as trabalhadores/as. Nesta direção, o que nos resta é nos organizar e lutar.

Eis, pois, a necessidade que temos de fortalecer a luta coletiva, a organização política e, a nosso ver, a juventude possui contribuição incontestada na construção de possibilidades à esquerda para classe trabalhadora. Por isso, reviver a história do Movimento Estudantil de Serviço Social – o qual sempre esteve a serviço da classe trabalhadora, fazendo um convite à rebeldia aos/as estudantes para construir mediações no contrafluxo do capital – é de suma importância e se constitui enquanto uma possibilidade de robustecimento para este segmento.

A história do MESS vem sendo protagonizada em um contexto de enormes ofensivas à organização política e coletiva, sofrendo o rebatimento do individualismo, da não identidade com as lutas coletivas, contudo, este ainda continua sendo um *locus* de grande potencial de construção da luta política, na direção de uma sociabilidade livre de exploração e opressão, fraterna e emancipada. Assim, alicerçados/as nas reflexões poéticas de Mauro Iasi, concluímos que:

“É tempo de lutar
É tempo de festa, tempo de cantar
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.
Tempos de criar, tempos de escolher.
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
É tempo de dar nome aos bois,
De levantar a cabeça
Acima da boiada,
Porque é tempo de tudo ou nada.
É tempo de rebeldia.
São tempos de rebelião.
É tempo de dissidência.
Já é tempo dos corações pularem fora do peito
Em passeata, em multidão
Porque é tempo de dissidência
É tempo de revolução!”

US

notas

1. A esse respeito, destacamos a criação da lei antiterrorismo (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016), a qual foi sancionada no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT). Tal lei representa um retrocesso no campo democrático dos processos de mobilização e organização política, pois estabelece como crime algumas das estratégias históricas de lutas de alguns movimentos sociais.

2. A ENESSO se divide estrategicamente em 7 regiões, devido à dimensão territorial do país, para conseguir dar capilaridade em suas tarefas políticas em âmbito nacional. Os Estados que compõem as regiões são: Região I - Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV: Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Região V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e Região VII - São Paulo.

3. O X ENESS era pra ter sido realizado em 1987, entretanto, por dificuldades enfrentadas pela escola que iria sediar o encontro, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), não ocorreu o X ENESS, sendo escolhida como nova escola sede para sediá-lo, no ano subsequente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

notas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

BRAZ, Marcelo; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do Movimento Estudantil em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 96, p. 174-182, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cartaentidades_CFESS-ABEPSS-ENESSO_FINAL.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

DORIA, André Luiz Novais. Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política do movimento estudantil. In: EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Textos, Artigos, TCC's e Dissertações.** [S.l.], 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-do-mess.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Documento: pro dia nascer feliz:** contribuição para momento estudantil de Serviço Social. Salvador, 1994. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-para-o-mess-julho-1994.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Estatuto.** Cuiabá, 2013. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 54, p. 70-81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-875933811.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

referências

- _____. Movimento estudantil de serviço social: lutas, alianças e organizações. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 51, p. 93-103, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1445514730.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.
- MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social**, Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- RAMOS, Sâmia Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 22, p. 113-122, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1727/1601>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação**: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-poltica-dos-estudantes-de-servio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direo-social-da-formao-a-prxis-poltica-dos-estudantes-e-a-relao-com-a-forma.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

referências